

Bacia do Elki—Primavera 2023

CADERNOS DO CAPITALOCENO



EDITORIAL



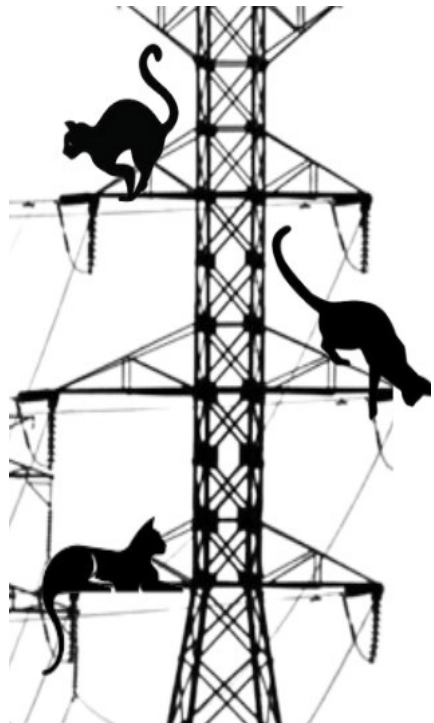
Após longo confinamento pandêmico, nos encontramos com o violento avanço do colonialismo energético. Em 2019, a revolta debilitou o empresariado extrativista, mas este se rearmou e potencializou seu poder em tempos de confinamento, até conseguir impor uma agenda neoliberal de transição energética, que este 2023 se materializa em uma série de projetos associados à geração, armazenamento e transmissão de energia; que penetram os territórios expandindo a fronteira extrativista. Esta agenda, assumida como política de estado, reordena os territórios configurando enclaves energéticos funcionais aos interesses das sociedades energívoras do norte global.

Em tempos do capitaloceno, a agenda de transição energética habilita um eco-ajuste do capitalismo global, que se reinventa para rentabilizar a crise climática. Desde o Colectivo El Kintral, consideramos urgente abordar o modelo realmente implementado de transição energética com uma perspectiva crítica e situada. Por isso dedicamos este número dos cadernos à análise das complexas articulações entre os projetos minero-energéticos locais e a agenda global de transição energética.

Este caderno consta de seis textos. O primeiro, *Transição energética: uma armadilha do capitalismo energívoro*, apresenta uma visão geral das problemáticas associadas ao modelo de transição realmente

implementado. *Rede elétrica em Elki: outra rota para a colonização e a pilhagem*, trata o projeto Kimal-Lo Aguirre uma ameaça concreta ao território que habitamos. O terceiro, *A pátria mineradora nas linhas de transição energética*, vincula criticamente a agenda de transição energética com o regime mineiro imperante no Chile. O quarto, *Águas para a 'mineração verde': as armadilhas retóricas da transição energética*, dá conta dos impactos hídricos da mineração orientada para a transição. O quinto texto, *Chile: extrativismo energético e agenda repressiva*, analisa a agenda repressiva do governo de Gabriel Boric como uma estratégia contraïnssurgente, associada ao avanço da fronteira extrativista. E, finalmente, *Mineradora Barrick: terricida e com denúncias em todo o mundo*, informa a trajetória da transnacional Barrick, empresa que atualmente ameaça a bacia de Elki.

Os *Cadernos do Capitaloceno* emergem da raiva que nos gera o avanço predador das dinâmicas extrativistas, e que canalizamos para um trabalho coletivo de investigação militante, que se rebela com rigor metodológico e compromisso político às cadeias de valor dos conhecimentos mercantilizados e de serviços. Desde o Colectivo El Kitral, pensamos estes cadernos como uma ferramenta para o debate, uma provocação ao sentido comum do progressismo neoliberal e uma contribuição humilde e solidária às múltiplas lutas contra o capital e em defesa da Terra.



TRANSIÇÃO ENERGÉTICA UMA ARMADILHA DO CAPITALISMO ENERGÍVORO

Desde o século XX, a expansão predadora das dinâmicas capitalistas gera uma intensa e complexa crise sistêmica que põe em risco a reprodução da vida mesma na Terra. Uma das dimensões desta crise é a climática, associada ao aquecimento global produzido pelo consumo voraz de hidrocarbonetos. Já no século XXI, após décadas de negacionismo, o empresariado transnacional e os governos do capitalismo central reconhecem a mudança climática como um problema global e instalam a agenda de transição energética, cujo eixo é a descarbonização da matriz energética mediante a substituição dos combustíveis fósseis por energias renováveis.

Embora reconheçamos a urgência da transição, consideramos que o modelo realmente implementado de transição energética opera como mais uma armadilha do capitalismo energívoro, pois não resolve a crise climática e, além disso, renova as dinâmicas globais do saque e acumulação. Entendemos os discursos oficiais da transição energética como uma eco-retórica capitalista, orientada a desativar as potenciais resistências que implica a violenta expansão das fronteiras energéticas. Neste sen-

tido, a análise crítica das experiências latino-americanas nos leva a levantar os seguintes argumentos:

As políticas de transição energética só diversificam os mercados energéticos

Como já se assinalou, a transição energética supõe a substituição dos combustíveis fósseis por energias renováveis, mas isto não está ocorrendo. Sobre este ponto, reconhecemos dois fenômenos articulados: Em primeiro lugar, a exploração de novas fontes e tecnologias para a exploração de hidrocarbonetos associada à escassez das fontes convencionais, chegam com os polêmicos projetos petrolíferos *offshore* ou costa afora, por um lado, que instalam plataformas no mar para fraturar o fundo marinho (como exemplo, estão a bacia atlântica da Argentina, mas também o Pré-sal no Brasil e o Golfo do México); e, por outro, a expansão do *fracking* ou fratura hidráulica que quebra a pedra a uma profundidade de até 5 mil metros para sugar gotículas de petróleo (como é o caso de Argentina e Colômbia). Em ambos os casos se trata de tecnologias extremamente invasivas, que ameaçam os equilíbrios ecológicos e cuja implementação reconfigura os territórios.

Em segundo lugar, a imposição de uma agenda de descarbonização que se limita só ao carvão e que, portanto, habilita a promoção de 'hidrocarbonetos de transição'.

O caso problemático é o Chile, onde a política de descarbonização se focaliza nas termoelétricas a carvão. Ainda que inicialmente se tenha anunciado o fechamento paulatino dessas centrais, a medida foi logo substituída pelo anúncio de estratégias de conversão a gás. Paradoxalmente, se substitui um fóssil por outro. Este ano, o Estado chileno informou publicamente a adoção do gás como combustível de transição junto à exploração de novas tecnologias para as termoelétricas. Por uma parte, este anúncio instala a demanda por gás, pressionando assim territórios que contam com o

recurso; e por outra, segue sem resolver a situação das zonas sacrificadas por termoelétricas. O do Chile não é de nenhum modo um caso isolado.

É importante esclarecer que para além dos discursos oficiais, a agenda global de transição energética é uma resposta à escassez relativa de hidrocarbonetos, especificamente ao *peak* pico do petróleo que marca o declive em sua fácil disponibilidade e rápida e extração, o que implica um aumento dos custos e também de novos conflitos pelo acesso das fontes tradicionais.

Neste cenário não há abandono voluntário dos hidrocarbonetos



por motivos ecológicos, senão uma reconversão adaptativa por parte do empresariado que assim expande a fronteira hidrocarbonífera com a intenção de resguardar a rentabilidade de seus negócios aprofundando o desprezo pelo meio ambiente.

Ao anterior se soma a promoção de energias renováveis, principalmente as não convencionais, que ampliam e diversificam o mercado energético, mas é necessário enfatizar que o modelo imposto de transição energética mercantiliza a energia, transformando-a em uma commodity negociável nos mercados globais, onde a suposta neutralidade de carbono das renováveis implica um valor agregado que potencializa sua rentabilidade.

Ativam-se assim processos de industrialização de grande escala, porque não se trata de energia eólica ou solar orientada para o abastecimento familiar ou comunitário, e sim para megapreempresendimentos energéticos capazes de competir com as energias fósseis tradicionais. É neste sentido que as plantas solares e eólicas diversificam a oferta de mercados energéticos aonde a demanda vai em constante aumento. Não substituem os hidrocarbonetos, só ampliam a oferta energética quando aqueles já não são rentáveis.

Nem rentáveis, nem renováveis

A nível global, a agenda de transição energética promove a reconversão às chamadas energias renováveis. Em um primeiro momento o foco esteve nas hidrelétricas, logo nos biocombustíveis, em ambos os casos os efeitos territoriais têm devastado territórios e comunidades. Isto se constata nas experiências hidrelétricas do Brasil, Chile e Bolívia; e na produção de biocombustível na Argentina, Brasil e Paraguai. Agora o foco está nas renováveis não convencionais, principalmente plantas eólicas e fotovoltaicas que são apresentadas como energias limpas, sustentáveis e carbono-neutras. Sobre este ponto, é necessário diferenciar entre as energias solar e eólica que sim são renováveis e têm suas próprias dinâmicas ecológicas, dos parques fotovoltaicos e eólicos que são artefatos captadores dessa energia. No entanto, os artefatos tecnológicos não são renováveis, pois sua construção e manutenção requerem quantidades enormes de minerais metálicos e não metálicos.



Efetivamente, a industrialização de fotovoltaicos e eólicos intensifica o extrativismo megaminerário especialmente de cobre, considerado um mineral crítico para a transição, o que tem ativado um novo boom cuprífero no Chile, Peru e Argentina, e a entrada da Colômbia e Equador no negócio. Mas também abre novos nichos de negócios associados a outros minerais metálicos como o ferro e o cobalto, e não metálicos como o lítio. Em relação ao cobalto, atualmente o Chile explora os rejeitos como potencial fonte deste mineral, com a intenção de posicionar-se como país exportador. Em relação ao lítio, a alta demanda gerada pela transição energética tem significado uma superexploração dos salinas altoandinas do lado chileno e ativado o voraz interesse transnacional por explorar as salinas do lado argentino. Ao anterior, devemos agregar a obsolescência programada destes captores de energia e da incerteza sobre seu destino quando caírem em desuso. Se estes minerais não são renováveis e sua exploração não é sustentável, então os artefatos que se produzem com eles tampouco o são.

Além disso, a escala dos projetos fotovoltaicos e eólicos, principalmente no Brasil e Chile, altera as dinâmicas territoriais em múltiplos sentidos: por uma parte, altera os ciclos ecológicos ao causar a morte de aves e romper as cadeias bióticas; por outra, a extensão da área instalada implica deslocamentos da população, pois o território já não está disponível para outras atividades produtivas ou bem afeta a saúde física e mental das comunidades expostas, por exemplo, o permanente zumbido dos aerogeradores. O avanço da transição energética onde territórios definidos pela razão capitalista como “espaços vazios”, são refuncionalizados como meros produtores de energia. Se trata de novas zonas de sacrifício, onde a vida já não é mais possível.

Infraestruturas para a pilhagem que reconfiguram o território

Plantas fotovoltaicas e campos eólicos são infraestruturas de captação energética que intervêm violentamente nos territórios. Mas essas infraestruturas se articulam a outras infraestruturas de conectividade através das quais circula e se distribui a energia. Para entender a complexidade deste fenômeno se deve precisar que o modelo realmente implementado de transição energética enfoca na eletrificação do sistema, omitindo outras possibilidades. A eletrificação do sistema requer tecnologias de armazenamento, pois a captação de eólicos e fo-



tovoltaicas é instável por sua própria natureza, é aí onde o lítio cobra protagonismo. Requer assim linhas de transmissão, estações e subestações elétricas, cuja instalação também altera os ciclos ecológicos e dinâmicas territoriais. Essas redes de infraestrutura se constroem com base em minerais, principalmente cobre, o que também potencializa o avanço da média e grande mineração, com todos os problemas que isso implica.

No caso chileno, a intenção estatal de transformar o país em uma “potência de energias renováveis não convencionais”, tem estimulado o investimento transnacional como negócio, gerando uma oferta de energia que não coincide com as capacidades de transmissão do sistema. É aí onde o Estado intervém planejando, financiando e depois licitando a iniciativa privada a construção de mega estradas eletrificadas, entre as quais destacamos as estradas Cardones-Polpaico, já executada, e Kimal-Lo Aguirre, atualmente em processo de avaliação ambiental, cuja extensão abarca desde Antofagasta até a Região Metropolitana. As torres de alta tensão que

conformam essas mega estradas transformam as paisagens locais e geram radiações eletromagnéticas que põem em risco a saúde humana e não humana. Paralelamente, abrem um novo mercado para as transmissoras transnacionais que competem pela licitação das obras. Cabe assinalar que, no caso chileno, além da competição, as empresas geradoras e transmissoras constituem corporações sumamente coesas a partir das quais potencializam seus interesses privados. No Chile, as estradas eletrificadas operam como verdadeiras rotas para a pilhagem energética, em um sistema energético altamente concentrado e hierarquizado.

A transição energética atualiza as dinâmicas de colonização e reproduz a desigualdade estrutural

A agenda global de transição energética é uma agenda capitalista que responde às necessidades das sociedades energívoras do norte global. As sociedades energívoras são sociedades movidas aos combustíveis fósseis e à eletrificação. Nestas





sociedades todos os âmbitos da cotidianidade são dependentes da tecnologia, a que paradoxalmente depende de materiais extraídos de outros territórios, que estas mesmas sociedades têm colonizado e subordinado.

Há que se destacar que as sociedades energívoras são um tipo particular de sociedade, pois o consumo predador de energia não é uma prática intrínseca ao animal humano. De fato, a nível global, as sociedades energívoras coexistem com sociedades que padecem a pobreza energética e outras onde a energia não tem o papel central que o capitalismo lhes tem atribuído. Reconhecer a desigualdade no acesso à energia nos leva a relativizar a escassez e a crise energética.

Efetivamente, a agenda global de transição energética é uma agenda desenhada para satisfazer as necessidades das sociedades do capitalismo central, que parece não ter a intenção de mudar seus hábitos de consumo. Para essas sociedades, o desafio é manter seus ritmos de consumo, por isso o modelo de transição energética

realmente implementado se baseia na inovação tecnológica, que privilegia a ecoeficiência. Um exemplo claro é a eletromobilidade, símbolo da sustentabilidade capitalista, pois aí a eletrificação do sistema permitiria manter a mesma dinâmica de transporte. Como vemos, para as sociedades o problema é técnico, não ético, nem político.

Mas, para que essas sociedades resolvam tecnologicamente seus problemas de abastecimento, requerem materiais. É aí onde sociedades que têm sido colonizadas e subordinadas à ordem capitalista, sustentam com seus bens naturais e força de trabalho a transição energética das sociedades do norte global. Seguindo com o exemplo da eletromobilidade, são nossos territórios que provêm os minerais e a energia que a tornam possível, mas também são nossos territórios que padecem os passivos ambientais que sua exploração gera.

Por isso não se pode assumir a transição energética como uma proposta da humanidade para a humanidade. A transição energética

tica é uma proposta situada nas sociedades do capitalismo central, que materializa um complexo processo de colonialismo energético.

Para finalizar, é importante reiterar que os discursos oficiais sobre a transição energética operam como discursos legitimadores de novas formas de colonização que acentuam as desigualdades entre sociedades e no interior destas. Neste sentido são eco-retóricas capitalistas que, por um lado, privatizam os lucros dos novos negócios energéticos e, por outro, socializam as responsabilidades e culpas pela catástrofe climática.

Na América Latina o problema não é a escassez de energia, senão o acesso a ela e a autonomia para definir seus usos. Se trata de um problema de justiça e distribuição. Isso não nega a urgência de uma transição, mas esta não pode limitar-se a descarbonização nem se sustentar na inovação tecnológi-

ca, o que se requer é uma transição civilizatória, que reordene os vínculos humanos e com a Terra.



ESTRADA ELÉTRICA EM ELKI OUTRA ROTA PARA A COLONIZAÇÃO E A PILHAGEM

A Política Energética Nacional, atualizada em 2022, pretende posicionar o Chile como um protagonista da chamada Aliança de Ambição Climática. Para isto, se propõe uma transição energética que permita a carbono-neutralidade antes de 2050, e dessa forma contribuir com 'energias limpas' à mitigação de emissões de outros países. Com esta política as dinâmicas extrativistas são reconfiguradas sob a lógica do capitalismo verde, que vê na crise climática global a oportunidade para negócios novos e lucrativos.

A aposta estatal é uma matriz de Energias Renováveis Não Convencionais (ERNC), principalmente solar e eólica, consideradas 'energias limpas' nos mercados globais, mas a nível local implicam deslocamento territorial, espoliação, perda de biodiversidade e precarização da vida humana. Não se trata de energia gerenciada comunitariamente, mas de megaempreendimentos capitalistas que se impõem aos territórios.

Esses megaempreendimentos requerem infraestrutura de conexão que garantam a rápida circulação de energia; sem esta infraestrutura não seriam rentáveis. Aí é onde emergem estradas elétricas, que operam como corredores para a

circulação de energia. Nos últimos anos, o negócio do ERNC cresceu vertiginosamente e com isto a demanda de infraestruturas para a sua circulação. É neste contexto que surge o projeto HVDC Kimal-Lo Aguirre, que é apresentado por autoridades e empresas como a iniciativa que viabilizará a descarbonização no Chile.

Trata-se de uma rede de transmissão que percorrerá quase 2.000 km entre as regiões de Antofagasta e Metropolitana e será a primeira linha de corrente contínua no país. O traçado da linha de transmissão está localizado nas comunas de María Elena, Sierra Gorda, Antofagasta, Taltal, Diego de Almagro, Copiapó, Tierra Amarilla, Vallenar, La Higuera, La Serena, Vicuña, Andacollo, Río Hurtado, Ovalle, Punitaqui, Combarbalá, Canela, Illapel, Los Vilos, Petorca, Cabildo, La Ligua, Catemu, Panquehue, Llay Llay, Tiltil, Lampa e Pudahuel.

A megaobra será executada pelo consórcio Yallique, formado por (a) Transelec, o principal consórcio de transmissão de energia no Chile, operado pelos fundos canadenses Canadian Pension Plan Investment Board (CPP), British Columbia Investment Management Corp. (bcIMC) e Public Sec-

tor PensionInvestmentBoard (PSP), (b) ISA Interchile, translatina colombiana, segunda empresa líder do setor no país, conhecida por executar o polêmico projeto 'Cardones Polpaico', que abriu o ciclo de mobilizações contra as torres de alta tensão no Chile, e (c) China SouthernPowerGrid International, empresa estatal chinesa, líder mundial do setor, que, desde o ano de 2017, conta com o 27,7% das Ações da Transelec.

De acordo com o contrato, a obra deverá ser concluída em 2029, já que disso depende a viabilidade de muitos Projetos do ERNC. O projeto HVDC Kimal-Lo Aguirre, é um projeto funcional às dinâmicas da acumulação capitalista, que viabilizará a pilhagem e a colonização de grandes territórios, não somente onde se instalem as torres, também nas usinas fotovoltaicas, eólicas e outras.

Territórios que serão sacrificados devido às suas características climáticas e geográficas, entendidas pela lógica mercantil como 'vantagens comparativas', territórios onde a natureza humana e não humana interagiu por tempos imemoriais, e que hoje são sacrificados para 'mitigar' e 'compensar' o desenvolvimento predatório das sociedades do norte global, que continuarão contaminando; e também para alimentar a lucratividade dos empreendimentos extrativistas que devastam nossos territórios, e que hoje

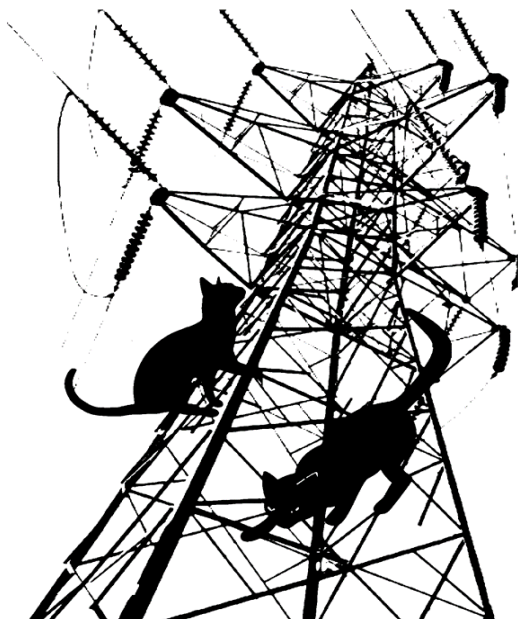
são mais cotados se conseguirem os padrões da 'mineração de baixas emissões' ou do 'manejo florestal sustentável'.

Intervenção precoce: uma estratégia de pacificação.

A rodovia HVDC Kimal-Lo Aguirre ameaça os territórios, por isso, para se antecipar às resistências, as empresas executoras consideraram uma complexa estratégia de pacificação social, que lhes permite identificar focos de conflitos e geri-los. De fato, a ISA Interchile aprendeu de sua experiência com o projeto 'Cardones- Polpaico', onde a mobilização das comunidades os obrigou a atrasar as obras, o que significou um pagamento de US\$ 83 milhões em multas e cobrança de garantias por parte do Estado.

Daí o seu interesse numa intervenção precoce nos territórios, que, embora represente um investimento, garantiria a sua rentabilidade final. Tanto ISA Interchile quanto Transelec desenvolveram políticas de sustentabilidade e relações comunitárias, para controlar as comunidades e os povos que defendem os territórios. Sua estratégia é vigiar e mitigar, mobilizar 'competências soft', estabelecer redes de empatia e confiança.

Trata-se de um elaborado trabalho de governança corporativa, onde as empresas estabelecem vínculos que lhes permitem gerir



as relações sociais e as subjetividades. Ambas as empresas declaram como prioritário seu trabalho com as comunidades. No caso de ISA Interchile, destacamos o programa corporativo Conexões para o Desenvolvimento, que visa fortalecer a educação técnico-profissional em carreiras vinculadas à energia na Região de Coquimbo e que está operacional desde 2021, em aliança com Fundação Chile. Este programa é uma intervenção direta na formação de escolares de escassos recursos, que instala os valores empresariais, as lógicas do capitalismo verde, desdobrando uma complexa pedagogia da submissão, que normaliza a intervenção territorial, ao mesmo tempo que prepara mão de obra barata.

Outro exemplo é o acordo com

INIA Intihuasi (Vale de Elki) para o viveiro de 21 espécies vegetais nativas, para gerar aproximadamente 100 mil indivíduos que começarão a ser plantados a partir de 2022, estratégia com a qual a empresa planeja 'gerar valor sustentável' para as comunidades.

ISA Interchile está construindo uma ampla rede de alianças que lhe permite gerenciar os seus 'grupos de interesse', para isso aciona o trabalho com uma série de fundações, como Fundação Mi Parque, com quem já construiu um parque em Alto-Valsol e tem outro em andamento em El Romero. A isto acrescentamos, fora do território Elkino, o apoio à Fundação Red Migrantes, o programa Conexão Puma, em aliança com a empresa Arauco, para a proteção e conservação de 24.000

hectares de mata nativa na cordilheira Nahuelbuta e o forte apoio à comunidade indígena Diaguíta Chipasse de Ta Tátara (Vale de Huasco) associado ao programa Diálogos que Inspiram.

Tudo o anterior, está articulado a um trabalho corporativo interno e comunicacional, que instrumentaliza temas de grande sensibilidade social como a equidade de gênero, a diversidade sexual, deficiência e pensamento divergente.

De fato, após fortes conflitos associados à execução da rede Cardones-Polpaico, ISA Interchile reestruturou suas equipes de trabalho, apropriando-se das reivindicações sociais, despolitizando-as, instrumentalizando-as, com o claro objetivo de trabalhar a sua imagem pública, mas também de gerar compromissos e confianças que sirvam para bloquear ou canalizar a rejeição da rodovia elétrica. Já sabem que alcançar o RCA não é suficiente, por isso este trabalho antecipado, que parte de diagnósticos participativos e mesas de trabalho, que permitem conhecer para vigiar e controlar.

O que se constrói são relações de dependência, muitas vezes clientelistas, que moldam as comunidades em função das necessidades das empresas. O exemplo de ISA Interchile não é um caso isolado, também o podemos ver em Transelec.

O importante é reconhecer que antes de chegar com as torres, o consórcio executor do projeto HVDC Kimal-Lo Aguirre, está preparando uma forte e violenta estratégia de pacificação social, para garantir a implementação de uma megaobra que potencializará as dinâmicas de colonização e espoliação territorial na bacia do Elki e além. Após um polêmico processo de 'casas abertas' finalizado o primeiro semestre de 2023, o consórcio entrou no Projeto de Avaliação Ambiental. Avaliação que atualmente se encontra em processo.



A PÁTRIA MINEIRA NAS LINHAS DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA



Nas instalações da Minera Centinela, comuna de Sierra Gorda, região de Antofagasta, o grupo minerador privado mais importante do Chile, Antofagasta Minerals, da família mais rica do país: A *family office* Luksic, foi responsável de elaborar as medalhas de *coração de cobre* que o Chile entregou aos vencedores dos Jogos Pan-Americanos Santiago 2023. Parece uma situação anedótica, no entanto, neste Chile neoliberal que se produz e reproduz nos imaginários de sua elite empresarial, cada vestígio expressa as maneiras pelas quais o capital exerce sua autoridade territorial, colocando sob seus auspícios uma complexa rede de relações entre Estado, mercado e sociedade civil.

As medalhas de *coração de cobre* da família mais rica do Chile, sintetizam e materializam a estrutura da

dominação capitalista chilena. Estrutura internalizada na subjetividade nacional pelo discurso *Chile país mineiro*. A subjetividade da pátria mineira, orgulhosa de uma história de 190 anos de exploração, se levanta em uma narrativa eldoradista, que nos apresenta um país abundante em recursos mineiros.

O Chile é atualmente o maior produtor mundial de cobre, com 21% das reservas mundiais e com uma produção de 5.328 milhões de toneladas métricas (que representa 24% da produção mundial).

Embora estes números não se comparem com os do período de maior boom da exportação da *commodity*, a

mineração continua sendo um setor econômico que cresce sem interrupção. De fato, o ano 2022 o setor cresceu 25,3% em relação ao ano anterior, em minerais de cobre e ouro. Com certeza, os maiores investimentos são de empresas transnacionais como Quebrada Blanca e Minera Escondida, e a estatal Codelco, que, em termos práticos, opera como uma transnacional.

A narrativa eldoradista é sintetizada claramente nas palavras de Alejandra Wood, ex-diretora executiva do Centro de Estudos do cobre e a mineração (CESCO) e atual membro do diretório de Codelco, que destaca: 'Se falam comigo sobre mineração, penso no desenvolvimento para o país, desenvolvimento para as regiões mineiras, desenvolvimento para o capital humano do Chile, mobilidade social, infraestrutura, crescimento (...) Se o Chile não tivesse mineração não seríamos o país que somos!'

Nas palavras de Wood, a *Pátria mineira* é-nos apresentada como fato indiscutível: 'As regiões da quarta ao norte respiram mineração e por isso o seu papel na geração de emprego impossibilita desconhecer que o Chile é um país mineiro'. Nesta narrativa pareceria que o norte do país é um éden ou terra prometida, livre de contaminação, livre de escassez água, livre de exploração trabalhista, livre

de discriminação racial e livre das perversidades do narcotráfico. Aparentemente Wood desconhece que ninguém sai para fazer turismo no setor La Negra. (entrada sul de Antofagasta) ou em Sierra Gorda, por onde só transitam corpos explorados, dominados e oprimidos pela *Pátria Mineira*.

A narrativa da *Pátria Mineira*, que se regozija na glória do progresso e do desenvolvimento, legítima atualmente o ímpeto para explorar o lítio. De acordo com dados oficiais, as exportações mineiras do Chile são o principal motor da economia nacional, representando 60% das exportações. De fato, em termos monetários, a mineração metálica durante o ano 2022 registrou um valor de exportação superior a 49 mil milhões de dólares e a não metálica com o carbonato de lítio como principal dinamizador, mais de 9 milhões dólares.

Esta é a narrativa eldoradista que sustenta a Estratégia Nacional do Lítio apresentada este 2023, segundo a qual 'o Chile tem uma oportunidade histórica de ser protagonista global da extração de lítio'. Com esta estratégia, mais uma vez os donos do Chile redefinem os territórios e os sonhos dos povos de acordo com seus interesses corporati-





vos. O sonho Eldoradista da *Pátria mineira*, que confia no gotejamento em direção aos pobres, nos apresenta uma contradição ontológica ineludível: Chile, um país pobre e desigual com a maior riqueza mineira do século XXI, sonhando com o protagonismo global de um novo ciclo de acumulação por despossessão.

Neste contexto, o Grande Consenso Mineiro Nacional se potencia com o novo ciclo extrativista sob a retórica da transição energética e a carbono-neutralidade, que condena os territórios do norte, aqueles que, segundo Wood 'respiram mineração', à expansão e intensificação da exploração. Assim, os sonhos de sustentabilidade e energias limpas das sociedades capitalistas centrais acabaram sendo um paradoxo colonial para os nossos povos no sul global. Extrair mais cobre e mais lítio significa sufocar e secar os povos do norte, sacrificando suas possibilidades de existência.

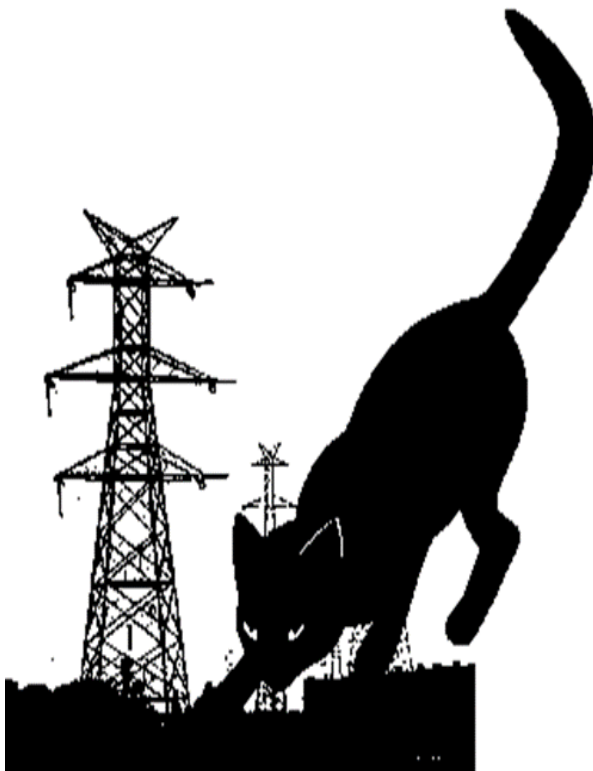
O compromisso salvacionista da

transição energética, cuja agenda o Chile pretende cumprir no ano de 2050, é uma promessa que a *Pátria Mineira* faz desde a subordinação absoluta e também desde o sonho eldoradista que vê, nas demandas da transição energética global, uma nova possibilidade de desenvolvimento. Como afirmou José Miguel Ahumada, subsecretário de relações económicas internacionais, o desafio de Chile é entrar em segunda fase exportadora: 'centrada em expandir a cesta de exportações (...) despertar novos setores que estão relativamente adormecidos como as energias renováveis, como o lítio, como o hidrogênio verde. Ou seja, ativar a economia nutrindo a demanda por materiais críticos e energias para a transição.

Atualmente no Chile existe um turbilhão de planos de intervenção em vários territórios, por exemplo, a Comissão Nacional de Energia, através do Plano de Expansão do Sistema de Transmissão Nacional, disponibilizou a investidores

transnacionais (nacionais ou estrangeiros) uma carteira de Concessões Onerosas de Imóveis Fiscais para o desenvolvimento de '*Projetos de Energias Renováveis Não Convencionais nas Regiões de Antofagasta e Atacama*', projetando uma produção energética de mais de 6.000 megawatts até 2025. A invasão de projetos verdes, sustentáveis e de energias limpas está encurralando territórios como Tal Tal, San Pedro de Atacama, Tocopilla e Camarones com a falácia de produzir energias limpas para uso doméstico ou residencial, quando na realidade o negócio das energias renováveis responde às necessidades dos setores industriais que representam 73% da demanda em nível nacio-

nal. Perante esta situação é urgente desmontar os mitos da ecoeficiência e justiça energética em torno dos negócios de energias renováveis e que, hoje, atualizam os sonhos da *Pátria mineira*.



ÁGUAS PARA A MINERAÇÃO VERDE

AS ARMADILHAS RETÓRICAS DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

No Chile neoliberal, a imposição de uma transição energética corporativa está expandindo violentamente as fronteiras hídricas. Após décadas de negacionismo e debate sobre as mudanças climáticas, o empresariado extrativista escolheu rentabilizar a crise climática, assumindo a liderança de uma transição energética que permite um complexo eco-ajuste da economia global.

Este eco-ajuste abre um novo ciclo de colonização e pilhagem, desta vez legitimado pelas retóricas “verdes” de sustentabilidade e ecoeficiência. Neste contexto, ao assimilar retoricamente a “descarbonização” com a “eletrificação” da matriz energética e confundir as “energias renováveis” com “infraestruturas para as renováveis”, se habilita um aumento na procura de minerais, o que dá um novo impulso ao extrativismo mineiro.

Efetivamente, as tecnologias associadas à captura e

armazenamento de energias renováveis, como as infraestruturas para a sua eletrificação e subsequente circulação requerem grandes quantidades de minerais, metálicos e não metálicos. De fato, para conseguir eletrificar o atual sistema energético global, sem alterar as dinâmicas de produção, circulação e consumo, seriam necessários 4 planetas de lítio, 2 planetas de cobre e mais de 2 de níquel,



por dar alguns exemplos. O ponto que nos interessa enfatizar é que este novo cenário de mineração implica um aumento exponencial na procura de água.

Sem dúvida as projeções de mercado são auspiciosas para as corporações mineiras, especialmente aquelas que exploram o cobre e o lítio. No caso do cobre, a Comissão Chilena do Cobre estima que o a pro-

dução será de 5,7 milhões de toneladas neste 2023, figura que sintoniza com as previsões da consultora Wod Mackenzie, quando aponta que será necessário 9,7 milhões de toneladas de novo suprimento de cobre, durante 10 anos, para cumprir o Acordo de Paris.

Enquanto no caso do lítio, os números indicam que em setembro 2022 SQM alcançou um resultado histórico, atingindo 2.755,3 milhões de dólares, ao mesmo tempo a venda de carbonato de lítio no exterior cresceu 106% em janeiro de 2023. Importante salientar que os aumentos ocorrem quando a crise multidimensional associada à COVID19 ainda não foi superada. É neste cenário que o extrativismo mineiro se reinventa em formato “verde” para aproveitar a oportunidade histórica, que o mesmo desastre socioecológico que contribuiu a gerar lhe entrega. Mas para isso precisa de água.

Durante décadas a megamineração esgotou os aquíferos e também os contaminou, desviou os cursos naturais de águas superficiais gerando o risco de deslizamentos de terra e sacrificou glaciares, zonas

húmidas e salinas. O ritmo de extração não permitiu a recarga hídrica e as quantidades de água demandadas não estão disponíveis, pelo menos nas “regiões mineiras” do norte. Surgem então as estratégias de eficiência hídrica, que apostam na inovação tecnológica para ampliar a fronteira hídrica, cujo exemplo mais claro é a substituição de águas continentais por águas de mar dessalinizadas.

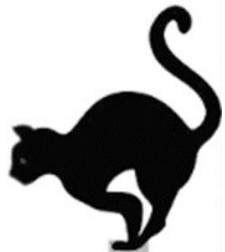
Atualmente, 13 das 23 usinas de dessalinização do país são propriedade de mineradoras e 15 novos projetos em diferentes estágios de desenvolvimento, que se concentram na região norte. De fato, as projeções indicam que a mineração de cobre alcançará a operar com 71% de água dessalinizada neste ano de 2023.

O auge das usinas de dessalinização é retoricamente legitimado pela oposição “escassez versus abundância”, apelando para a suposta abundância infinita dos mares e a longa extensão da costa chilena. Retórica que cosifica, fragmenta e quebra o ciclo hidrológico da Terra, desvinculando as dinâmicas hídricas continentais e marinhas. Desta forma, são minimizados ou invisibilizados os efei-

tos ecossistêmicos das diferentes etapas do processo de dessalinização, entre as quais destacamos a mudança nas correntes ambientais locais e a circulação de águas, a decomposição bacteriana de biomassa orgânica, a contaminação por salinidade e resíduos químicos e o aumento da turbidez e coloração da água, ameaçando assim as cadeias bióticas marinhas.

na alta cordilheira, uma transferência que envolve mais infraestrutura e mais riscos. Além dos problemas mencionados acima, existe o problema do controle exercido pelas corporações mineradoras no território litorâneo onde as usinas estão instaladas. De fato, os empreendimentos mineiros impõem uma governança corporativa ao nível da bacia, expandindo o seu poder da cordilheira ao mar.

A esses efeitos, é necessário adicionar o risco de filtração de salmoura em terras continentais, e os riscos associados à transferência de água já dessalinizada desde as plantas de dessalinização na orla costeira para as operações mineiras, geralmente



1	H																	He
2	Li	Be											B	C	N	O	F	Ne
3	Na	Mg											Al	Si	P	S	Cl	Ar
4	K	Ca	Sc	Ti	V	Cr	Mn	Fe	Co	Ni	Cu	Zn	Ga	Ge	As	Se	Br	Kr
5	Rb	Sr	Y	Zr	Nb	Mo	Tc	Ru	Rh	Pd	Ag	Cd	In	Sn	Sb	Te	I	Xe
6	Cs	Ba	*	Hf	Ta	W	Re	Os	Ir	Pt	Au	Hg	Tl	Pb	Bi	Po	At	Rn
7	Fr	Ra	**	Rf	Db	Sg	Bh	Hs	Mt	Ds	Rg	Cn	Nh	Fl	Mc	Lv	Ts	Og
			*	La	Ce	Pr	Nd	Pm	Sm	Eu	Gd	Tb	Dy	Ho	Er	Tm	Yb	Le
			**	Ac	Th	Pa	U	Np	Pu	Am	Cm	Bk	Cf	Es	Fm	Md	No	Lr

Em um cenário de transição energética, a “mineração verde” não está apenas expandindo a fronteira hídrica, acrescentando novas fontes da exploração das águas, também na sua busca pela “neutralidade carbônica” desenvolve as suas próprias fontes de energia, apostando por parques solares e/ou eólicos, cuja construção e manutenção também requer grandes quantidades de água, além de intervir tanto o terreno onde se instalam como aqueles que são atravessados pela sua infraestrutura de conectividade.

Assim, os parques industriais de energia solar e eólica, juntamente com as rodovias elétricas que os conectam com as operações de mineração reconfiguram os territórios, deslocando populações humanas e atacando a biodiversidade.

Paradoxalmente, nestas terras áridas e semiáridas os ritmos e as rotas de água são sacrificados por megasusinas de energia verde, que alimentam a voracidade de uma mineração que também é verde.

A retórica da “mineração verde” nos aparece como uma nova estratégia de expansão colonial que capitaliza a crise

climática, que é desvinculada dos complexos ciclos de reprodução da vida, que tomam forma na constante interação da atmosfera, biosfera e hidrosfera. Não é suficiente com soluções tecnológicas focadas na descarbonização em nível global, menos se isso significa potencializar as crises hídricas locais. Não é aceitável que desde os territórios historicamente espoliados e subalternizados se subsidie a transição energética das sociedades energívoras do norte global.



EXTRATIVISMO ENERGÉTICO E AGENDA REPRESSIVA

Neste dia 2 de agosto, o ministro da energia Diego Pardow apresentou o *processo de construção de plano de descarbonização, que busca acelerar a saída das termoelétricas a carvão da matriz energética chilena até o ano de 2030. Alguns dias depois, ele apresentou o Roteiro para o avanço da eletromobilidade e, três semanas antes, ao Comitê Estratégico para o Plano de Ação Hidrogénio Verde.*

Desta forma, o governo chileno abre oficialmente o que tem chamado de “Segundo tempo da transição energética”, cuja apresentação pública é potenciada com a turnê europeia realizada por Gabriel Boric no final de julho, cujo eixo foi a promoção do Chile nos mercados de hidrogénio verde e materiais críticos para a transição energética, principalmente lítio e cobre.

Estas ações concretizam a “Política Energética 30-50” apresentada por Sebastián Piñera em 2017 e atualizado por Gabriel Boric em 2022. Se trata de uma política neoliberal, orientada a uma transição energética corporativa, liderada pelo empresariado extrativista e que busca rentabilizar a crise climática global. Está política visa posicionar Chile como uma po-

tência de Energias Renováveis Não Convencionais (ERNC) e fornecedora de cobre, lítio e outros materiais críticos para a transição no norte global, para isso está sendo implementado um processo de industrialização excessiva de plantas fotovoltaicas e eólicas, e também megaprojetos de conectividade como a rodovia elétrica Kimal-Lo Aguirre. Além disso está a articulação desta política energética com a política nacional “Mineração 2050”, apresentada no final de 2022 e a “Estratégia Nacional do Lítio”, apresentada este 2023, que buscam intensificar o extrativismo mineiro, metálico e não metálico.

A implementação destas políticas energéticas e mineiras abre um novo ciclo para o neoliberalismo chileno, pois envolve a configuração de novas zonas de sacrifício energético, visando a acumulação privada de capital. O que se desdobra é um processo complexo de despojo, deslocamento e devasta-





ção territorial, que acentua as desigualdades já existentes e coloca em risco a reprodução da vida.

No entanto, com estas ameaças, emergem também fortes resistências que, em nome da defesa do território, mobilizam-se, colocando em risco a execução das obras e sua implementação. É neste contexto que as novas políticas extrativistas chilenas se articulam com uma nova agenda repressiva.

De fato, 50 anos depois do Golpe civil-militar, Gabriel Boric atualiza o legado de Pinochet ao implantar políticas violentas contrainsurgentes, como a Lei Nain Retamal, a lei anti-ocupações (atualmente em tramitação) e a Declaração de estado de exceção Constitucional permanente em Wallmapu. A Lei Naín Retamal, conhecida popularmente como Lei de Gatilho fácil estabelece a legítima defesa privilegiada para as polícias, facultando-as a atirar nas circunstâncias que elxs mesmos considerem necessário, assumindo assim a função de juízes in situ. Está lei empodera as polícias em seu papel repressivo,

ultrapassando a jurisprudência global em Direitos Humanos.

Por sua vez, a Lei anti-ocupações, popularmente conhecida como Lei Maldita, pune com penas privativas de liberdade a ocupação permanente ou temporária de imóvel ou terreno; isto aplica-se a acampamentos, mas também a ocupações de escolas secundárias, edifícios públicos e instalações privadas, como infraestruturas e terras florestais; esta lei permite que as polícias prendam xs ocupantes sem ordem judicial e, em caso de lesão ou morte, os policiais poderão ser eximidos de responsabilidade penal.

É possível ver que se trata de leis que legitimam o terrorismo de Estado e potenciam a criminalização do protesto social. Considerando o papel de liderança dos movimentos de defesa territorial nos ciclos de protesto político que marcou a história recente das terras sob controle estatal chileno, podemos afirmar que tanto a Lei Nain Retamal quanto a Lei anti-ocupações, operam

como leis de pacificação orientada a garantir as condições de 'ordem público' para a implementação deste novo ciclo de colonização extrativista nos territórios.

Além disso, está o Estado de Exceção Constitucional com o qual Boric implementou uma estratégia violenta de contra-insurgência em Wallmapu. O governo de Gabriel Boric intensificou a ocupação militar das terras Mapuche, perseguiu o movimento autonomista e aumentou, como nunca antes, o número de presos políticos nas cadeias chilenas, em condições que violam não apenas os direitos indígenas, mas também os marcos mais amplos dos direitos humanos.

Graças ao governo Boric, o empresariado extrativista, não só recuperou o seu poder, enfraquecido pela Revolta de 2019, mas o potenciou. Hoje em dia, nestas terras sofremos o avanço voraz

de megaprojetos energéticos e também a violenta ofensiva de uma agenda repressiva que normaliza o terrorismo estatal, impondo o medo como dispositivo de socialização, em uma tentativa clara de bloquear e/ou suprimir as lutas territoriais em defesa da vida.



BARRICK GOLD AMEAÇA A BACIA DO ELKI

A agenda global de transição energética abriu novos mercados para a megaminação metálica em terras sob o controle do Estado chileno: os cobiçados *materiais críticos* para a produção de dispositivos de captação de energias renováveis (solar e eólica) e suas redes de transmissão elétrica. Com esse aumento da demanda, o interesse por novas jazidas aumenta vertiginosamente, o que representa um forte investimento na prospecção mineira.

É neste contexto que, em julho 2023, a empresa canadense Barrick Gold, através de sua subsidiária no Cone Sul, começou a tramitação ambiental do projeto *Minera Campanario*, localizada na parte alta da Bacia do Elki, nas proximidades da mina El Indio. Este é um projeto de prospecção para avaliar o potencial de mineralização da área. Especificamente, são propostas 116 sondagens, com profundidade de 350 a 500 metros e duração média de 30 dias cada um. As obras de sondagem consideram um investimento de 36 milhões de dólares.

Paralelamente ao início da tramitação ambiental deste novo projeto *Minera Campanario*, a Barrick anunciou que está trabalhando em uma nova proposta para Pascua Lama, com a intenção de vol-

tar a tramitar referido projeto no Chile e na Argentina.

Tudo isso faz parte de uma nova ofensiva de Barrick Gold contra nossos territórios, aproveitando as facilidades e oportunidades associadas ao modelo corporativo de transição energética implementado pelo Estado chileno. Os projetos de Barrick Gold também são favorecidos pelo avanço nas obras de infraestrutura de integração em ambos os lados da cordilheira, e a ampliação do porto de Coquimbo, que garante uma rápida circulação e saída para os mercados do Pacífico.

A Barrick Gold é uma empresa transnacional com um extenso histórico. A empresa foi fundada em 1983 por Adnan Kashoggi, traficante de armas saudita, e serviu para lavar dinheiro de atividades ilegais na Inglaterra, Canadá e os EUA ligados a quem acabou sendo seu maior acionista em 1987, o húngaro Peter Munk. Anos mais tarde se soma George



Bush, diretor da Agência Central de Inteligência (CIA) e posteriormente presidente dos EUA e foi membro do conselho consultivo até sua morte.

Hoje a Barrick Gold é a maior empresa de exploração de ouro no mundo. Os verdadeiros donos da empresa são diversos fundos de investimento entre os quais vale destacar: The Capital Group, grupo norte-americano ligado à família Rockefeller. Em sua história, a mineradora já foi responsável por uma série de práticas criminosas no mundo todo, entre as quais destacamos:

A partir de 1990 começaram os danos irreparáveis causados com a mina Portera na Papua Nova Guiné, onde substâncias tóxicas foram despejadas diretamente no rio, incluindo mercúrio, transformando em apenas 5 anos um paraíso no próprio inferno. Entre os anos 2004 e 2005 em sua mina Super Pit e Lago Cowal, ambos na Austrália, contaminaram rios inteiros devido ao uso de cianeto lixiviado não tratado e a 'fugas ou acidentes' de mais de sete toneladas de mercúrio, deixando uma catástrofe para os povos e para o ecossistema.

Na Cordilheira dos Andes em 2015, do lado argentino, os reiterados derramamentos silenciados de cianeto se transformaram em um escândalo quando um operário avisou pelo WhatsApp um derra-

mamento de água com cianeto em Iglesias, San Juan.

Estima-se que foram 1 milhão 72 mil litros de solução de cianeto derramados "acidentalmente" no rio Potrerillos até chegar ao rio Jáchal. Pelo derramamento criminoso, nenhum funcionário provincial, nem CEO ou gerente da empresa Barrick foi sancionado. Somente operários e trabalhadores de terceiro nível. Após o derramamento de 2015, aconteceram outros quatro derramamentos conhecidos, sem que ninguém fosse responsabilizado. Atravessando as montanhas, é já conhecida a destruição de geleiras e a devastação territorial em Huasco, causada pelo seu projeto binacional Pascua Lama que permanece impune até hoje.

Enquanto este caderno está sendo concluído, a contagem regressiva está em andamento para apresentar as observações à Declaração de Impacto apresentada pela empresa. Desde a Assembleia em Defesa da Bacia de Elki e outras organizações territoriais se exige que a declaração seja rejeitada e que o projeto seja submetido a um Estudo de Impacto Ambiental, uma vez que existem espécies silvestres registradas sob ameaça de extinção, 53 sítios arqueológicos e geleiras rochosas que são os que garantem, numa região sem chuva, que haja umidade e rios para que a vida seja possível.

/

Nos últimos séculos a depredação humana da Terra tem sido tão intensa que configurou uma nova era geológica, a era do Homem ou Antropoceno. Conceito que esclarece, mas também oculta, pois homogeneiza as experiências de nossa espécie, invisibilizando as complexas desigualdades que caracterizam a relações humanas. Da nossa parte, não nos reconhecemos numa humanidade universalizada. Somos produto de uma história de colonização e resistência e também somos natureza. Natureza hoje explorada pelas dinâmicas capitalistas. É o sistema capitalista que padecemos o que vem alterando os ciclos químicos, físicos e biológicos que permitem a vida no planeta. A responsabilidade não é do animal humano em abstrato, senão dos grupos de poder que impõem o capitalismo. Por isso assumimos o conceito e Capitaloceno para nomear essa nova era geológica e também enfatizar que o problema não é somente o capitalismo como uma fase histórica, pois seus efeitos tem se sedimentado na Terra.

Encorajamos a reprodução total o parcial deste texto, mediante qualquer técnica que permita sua divulgação. Reconhecemos a autoria, mas negamos os direitos e a propriedade intelectual.

(Traduzido ao português pelo Comitê de Dourados
contra os Agrotóxicos e pela Vida)

COLECTIVO
EL KINTRAL

✉ kolectivoelkintral@gmail.com

📷 desprivatizandolarabia

📌 Desprivatizando La Rabia